

# AS FORTUNAS DA COMMONWEALTH: vocabulário e sociedade

Jaime Fernando dos Santos Junior\*

RESUMO: Durante a primeira modernidade, o entendimento da palavra *commonwealth* se alterou profundamente na Inglaterra. Antes ligada à linguagem do bem comum e das formas virtuosas de governo, sem distinguir uma constituição específica; após o regicídio passou a indicar um estabelecimento político sem Rei e sem a função da monarquia. *Commonwealth* deixava de ser apenas um ideal ético para ser uma realidade, com uma estrutura administrativa obrigatoriamente republicana. No entanto, independente da interpretação, o vocabulário foi objeto de disputa entre diferentes grupos e indivíduos, descrevendo uma organização social, mas igualmente prescrevendo comportamentos e condutas. O que sugiro neste texto, a partir de uma análise focada nas palavras, é que mais do que uma simples disputa semântica, o emprego de um termo se tratava da defesa de distintos projetos políticos e de sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: *Commonwealth*; Republicanismo; Revolução Inglesa; Vocabulário político.

## The fortunes of the Commonwealth: vocabulary and society

ABSTRACT: During the Early Modern, the understanding of the word *commonwealth* has changed profoundly in England. Formerly linked to the language of the common good and virtuous forms of government, without distinguishing a specific constitution; after the regicide began to indicate a political establishment without King and without the function of the monarchy. *Commonwealth* ceased to be just an ethical ideal to be a reality, with an obligatorily republican administrative structure. However, regardless of the interpretation, the vocabulary has been the subject of dispute between different groups and individuals, describing a social organization but also prescribing behaviors and conducts. What I suggest in this text, based on an analysis focused on the words, is that more than a simple semantic dispute, the use of a term was the defense of different political projects and society.

KEYWORDS: *Commonwealth*; Republicanism; English Revolution; Political vocabulary.

## Las fortunas de la Commonwealth: vocabulario y sociedad

RESUMEN: Durante la primera modernidad el entendimiento de la palabra *commonwealth* se alteró profundamente en Inglaterra. Antes ligada al lenguaje del bien común y de las formas virtuosas de gobierno, sin distinguir una constitución específica; después del regicídio pasó a indicar un establecimiento político sin Rey y sin la función de la monarquía. La *Commonwealth* dejaba de ser sólo un ideal ético para ser una realidad, con una estructura administrativa obligatoriamente republicana. Sin embargo, independientemente de la interpretación, el vocabulario fue objeto de disputa entre diferentes grupos e individuos, describiendo una organización social, pero también prescribiendo comportamientos y conductas. Lo que sugiero en este texto, a partir de un análisis enfocado en las palabras, es que más que una simple disputa semántica, el empleo de un término se trataba de la defensa de distintos proyectos políticos y de sociedad.

PALABRAS CLAVE: *Commonwealth*; Republicanismo; Revolución inglesa; Vocabulario político.

\*Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo. Atualmente é doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: Av. Paulo Gama, 110, Farroupilha, CEP: 90040-060, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: jafersantos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7274-7870>.

Poucas palavras foram tão importantes durante o século XVII inglês quanto *commonwealth*. Seja para reivindicar valores, seja para negar uma formação política, o termo era ubíquo no seiscentos e passou, durante a Revolução, a ser um conceito referente à designação de um projeto político específico, capaz de mobilizar parte da sociedade em torno de si. No entanto, sua história, de sua emergência à Restauração, não é apenas a descrição de uma alteração semântica, mas representa igualmente uma mudança na sensibilidade política da população, em que a própria palavra foi um fator fundamental nesse processo. Seu emprego e prevalência contribuíram, ao mesmo tempo, para sua ascensão e sua queda.<sup>1</sup>

A fim de refazer esse percurso, utilizo três abordagens importantes no tratamento das relações entre os vocabulários e a vida social, que apesar de possuírem suas diferenças e peculiaridades, podem dialogar profundamente entre si. A primeira é a História dos Conceitos, conforme defendida por Reinhart Koselleck. A partir de seus pressupostos será possível indicar as mudanças e alterações que um conceito sofreu ao longo do tempo, em uma perspectiva focada principalmente na diacronia.<sup>2</sup> A segunda se aproveita das formulações de John Pocock e seus estudos das linguagens e idiomas políticos. Sob essa abordagem, se pretende apontar como os atores históricos empregaram e utilizaram uma linguagem já existente, como a do republicanismo, efetuando lances em diferentes contextos, afastando-se, muitas vezes, dos significados anteriores de uma palavra.<sup>3</sup> Por último, em uma perspectiva mais individual, no embate dos agentes na sincronia, serão utilizadas as abordagens dos vocabulários e das intencionalidades de Quentin Skinner. A partir da redefinição retórica dos termos, diferentes autores e partidos no calor do debate político empregaram a mesma palavra para dizer coisas distintas, legitimando alterações que vão muito além de simples alterações semânticas; questões que certamente merecem atenção de historiadores e outros cientistas sociais.<sup>4</sup>

### **A *commonwealth* como ideal**

Etimologicamente, o termo se associa à palavra latina *res publica* [coisa pública], indicando sua vocação e comprometimento com os interesses compartilhados em benefício do povo. Uma lógica que já vinha desde a antiguidade para se pensar a respeito dos objetivos de um governo, em consonância com cada sociedade e a virtude de seus cidadãos.<sup>5</sup> Nesse sentido, sua finalidade não estava diretamente ligada a uma constituição específica, mas ao experimentado por um agrupamento político-social. Por mais que muitos pensadores, durante

os séculos, tenham pensado utopias e cidades ideais, a melhor constituição era um problema histórico, contextual e cuja opinião variava de autor para autor.

Essa falta de consenso a respeito do assunto deu historicidade à questão e explicitou as implicações práticas que lhe eram decorrentes. Mais do que uma essência imutável e apenas um objeto de estudo filosófico, muitas vezes, as reflexões sobre a organização de um governo sofreram as pressões do momento vivido, tornando-se importantes instrumentos de defesa para um projeto político em especial. Desta forma, exaltar a soberania popular ou a virtude de alguns não era algo sem consequências ou livre de intencionalidade, mas podia indicar uma crítica aos poderes constituídos e sua organização.

Como mostrou Skinner, no renascimento italiano houve inúmeros exemplos desse uso político das formas de governo. Contra monarquias e tiranias, alguns clamavam pela autonomia e a liberdade da república romana. Já outros condenavam a anarquia popular, exaltando modelos constitucionais mais rígidos, que renovassem a ordem e pusessem fim à instabilidade do excesso de liberdade. Entre príncipes, repúblicas e tiranos, a experiência e o vocabulário do moderno pensamento político foram formados.<sup>6</sup>

Tentar uma definição precisa para o termo é algo extremamente complicado, pois tal procedimento sempre estará sujeito às interpretações que os homens e mulheres do passado fizeram dele. Os usos múltiplos não nos permitem designações rígidas. Uma república não poderia ser definida exclusivamente por um território. Afinal, em um período de expansões marítimas e descoberta de novas terras, seu significado estava além de fronteiras nacionais. Os súditos reais estavam espalhados por vários locais do globo. Também não podia se apegar unicamente a um recorte étnico ou de nacionalidade, pois, desta forma, os estrangeiros que viviam sob tal organização política seriam excluídos. Não poderia estar ligado a uma identidade religiosa transnacional e coesa, visto o momento de divisões e perseguições confessionais na Europa coetânea e dos agregados políticos da antiguidade, politeístas e que desconheciam o cristianismo.<sup>7</sup> Igualmente, uma definição não poderia se restringir apenas aos cidadãos, aqueles que efetivamente participavam da vida política, pois havia uma diversidade de funções essenciais e dispersas por toda a comunidade. Mesmo sem poder de decisão, os menores – pobres, mulheres e crianças – seriam uma importante parte no pacto político, exercendo uma função fundamental no binômio comando-obediência, constitutivos das relações coevas.

A ideia de república era uma construção abstrata e teórica que procurava dar conta de uma diversidade de populações e situações, encontrada na vida prática, mas que pouco se

apresentava de forma homogênea. Aparte à constituição, representava o corpo do reino e a coletividade dos súditos sujeitos a um mesmo poder político, estrutura administrativa e jurídica. De modo mais geral, o termo poderia ser associado ao que alguns chamaram de cidade ou Estado, quase como sinônimo de governo, mesmo que isso nos leve a aceitar toda a pluralidade que essas palavras são capazes de conter.<sup>8</sup>

Outro importante elemento associado ao campo semântico do conceito diz respeito à sua finalidade. Para alguns, por exemplo, só as formas perfeitas e virtuosas, preocupadas com o bem comum, poderiam receber o nome de repúblicas. Isso excluía aquelas sociedades organizadas sob os ditos modelos corrompidos, baseados nos interesses privados dos governantes. Sob esse ponto de vista, uma *res publica* seria uma organização estatal voltada impreterivelmente para a prosperidade coletiva. Independente da disposição da soberania, se na mão de muitos, de poucos ou de um só, os governantes deveriam se guiar em direção ao interesse e benefício de todos. Para isso, muitos espelhos de príncipe, diálogos e petições foram escritos, na Inglaterra e por toda a Europa, procurando indicar ou reorientar os poderes terrenos para aquilo que era considerado a verdadeira função e fundamento do governo: o bem comum.<sup>9</sup>

Todavia, por esse caráter, as discussões tendiam a se partidizar, pois empunhavam uma apreensão de comportamentos morais e éticos ambivalentes, baseados na oposição vício e virtude. Com isso, esses pressupostos foram muitas vezes utilizados para justificar rebeliões e protestos, ao acusarem os poderosos de se guiarem por interesses privados e ambiciosos, em uma linguagem conhecida e amplamente divulgada. Por ela, os defensores da *res publica* ou da *common wealth* se colocavam como os arautos do interesse comum e da prosperidade do povo e seus inimigos eram apontados como representantes do egoísmo, da ambição, dos maus conselheiros etc. Os lados eram dispostos entre os virtuosos e os viciosos, entre justiça e injustiça, entre o interesse coletivo e o particular.<sup>10</sup>

Desta forma, o que era considerado o interesse coletivo não era um consenso amplamente difundido, mas, ao contrário, recebeu tratamentos distintos, em diferentes contextos. Ora designou a adoção de práticas cristãs e devotas; ora a assunção de políticas mais repressivas e duras contra facções e seitas religiosas; ora foi exaltado em nome da liberdade; ora em nome da ordem, da paz e segurança. Clamar pelo bem público procurava legitimar projetos que se colocavam como a melhor opção a todos. Sob essa perspectiva, o interesse do povo acabava ficando a cargo de indivíduos e grupos que se portavam como os

tradutores do bem coletivo, impulsionando justificativas amparadas nas supostas virtudes e corrupções dos governantes.

Entretanto, seja no sentido mais amplo, como Estado ou cidade, quanto no mais estreito, em benefício do povo, não haveria qualquer contradição um governo se denominar uma república, independente da constituição e modelo que adotasse. Ao contrário do atual significado da palavra, em que designa de maneira estrita uma organização popular e representativa, historicamente, como tentamos mostrar, o universo semântico que formou o vocábulo era muito mais complexo. Durante as Idades Média e Moderna, por todo continente europeu foi comum a utilização do termo em obras políticas, estatutos, leis etc.<sup>11</sup>

Por exemplo, a primeira edição da obra *Utopia*, de Thomas Morus, lançada em 1516, em latim durante o reinado de Henrique VIII, trazia em seu título *De optimo rei publicae statu deque nova insula Utopia*, ou, traduzindo livremente, “Sobre o melhor estado de uma república e da nova ilha de Utopia”. Mesmo na França do último dos Valois, no interior de uma guerra religiosa que parecia conduzir o reino à desintegração, a obra mestre do jurista Jean Bodin foi denominada *Les Six Livres de la République* [Os seis Livros da República], fornecendo uma teoria que reforçava justamente a soberania e a submissão ao monarca. Ou seja, a noção de república não era em si oposta ao governo monárquico e, às vezes, servia inclusive para exaltá-lo.

No entanto, outra palavra era preferida além do Canal da Mancha. Em língua inglesa há poucas referências à *republic*, mais próxima do léxico latino e difundido no continente. Na ilha, o vocábulo mais frequente e utilizado sempre foi *common wealth* [bem comum], ainda que tivesse o mesmo sentido, como algo próximo a Estado, governo e em benefício do interesse coletivo. Nos dicionários coevos, inclusive, não encontramos sequer a palavra *republic*. O que se nota é o seu similar francês, *republique*, principalmente em alguns exemplares bilíngues.<sup>12</sup>

No *A Dictionarie of the French and English Tongues*, de 1611, do lexicógrafo Randle Cotgrave, o significado apresentado para a palavra *republique* é simplesmente *commonwealth*.<sup>13</sup> Tal fato indica a concordância dos termos no entendimento coevo. Mesmo no exclusivamente em inglês, *The English Dictionarie*, de 1623, de Henry Cockeram, as duas palavras são indicadas uma como sendo o sinônimo da outra. No verbete *the common wealth*, o equivalente fornecido é “*republique*”.<sup>14</sup>

Embora fossem habituais expressões como *comyn welth*, *comon wealth*, *commen welth*, *comune welthe*, ou simplesmente *common wealth* em diversas obras pelo menos desde

o século XV, apenas durante a segunda metade dos seiscentos se percebe utilização da palavra, unificando os dois termos, *commonwealth*.<sup>15</sup> Apesar da corrente aplicação e supremacia da escrita separada do vocábulo (*common wealth*) até o regicídio, a ocorrência dos termos *republic* e *commonwealth* é pouca e mais ou menos idêntica praticamente até a década de 1570. Nesse período, no governo de Elizabeth e dos primeiros Stuart, o termo anglicizado se destaca radicalmente, sendo superior ao vocabulário latinizado.<sup>16</sup>

Antes de 1640, a noção de *common wealth* ou *commonwealth* servia para exaltar o bem comum frente a governantes, magistrados ou conselheiros que visavam interesses considerados viciosos e privados. Por esse discurso, o governo monárquico era fortalecido e engrandecido, sendo considerado por muitos a melhor das constituições, aquela que melhor conduziria os homens à virtude. Desta forma, os atos que afastavam o rei de seu dever com o bem estar de seus súditos é que eram passíveis de crítica, mas não o princípio monárquico em si. O foco de preocupação era o abuso da monarquia, a tirania, que levava à adoção de práticas egoístas e contra o interesse popular, sendo tema comum no teatro elisabetano e jacobita. Mas esse discurso contra um rei tirânico de forma alguma deveria ser visto como um alvorecer antimonárquico ou de um protorepublicanismo, no sentido moderno. A oposição que se constituía era ao indivíduo, não à monarquia. Acreditava-se que outro rei podia fazer bem, o que o tirano havia feito mal.<sup>17</sup>

### **O Tirano, o Anticristo e a *Commonwealth* real**

Com a Reforma, a esses fundamentos clássicos adicionaram-se preocupações religiosas. Pelo maior poder dos governos e igrejas nacionais ante a Instituição romana e pelas perseguições e guerras religiosas que pululavam por toda Europa, houve uma maior radicalização entre protestantes e católicos. Nesse cenário, a função real passou a receber ainda mais destaque, tanto no âmbito político quanto religioso. Como se pensava, a Inglaterra, como maior nação protestante da época, exercia um papel fundamental na luta contra a besta papista e o povo inglês seria o escolhido por Deus para o cumprimento dessa função escatológica. Assim, o monarca, mais do que sua atuação política e moral, tinha também um dever espiritual de conduzir os súditos contra a falsa religião, levando e difundindo os fundamentos da verdadeira fé protestante.<sup>18</sup>

Sob essa perspectiva, a admiração ao monarca estava justamente em sua capacidade de se figurar como defensor da fé e das virtudes, qualidades que faltaram a Carlos I. A desintegração da monarquia não ocorreu do dia para noite e não pode ser explicada de forma

unívoca. Nos governos Stuart, muitos elementos contribuíram para o enfraquecimento da função real, de escândalos pessoais a questões militares e econômicas.<sup>19</sup> Mas certamente o fato de Carlos I já não conseguir manter a imagem do rei virtuoso e capaz de defender a fé protestante e o bem comum exerceu um papel fundamental.

Durante a guerra civil, o Stuart fora identificado, de um lado, como um chefe de Estado tirânico, pautado no egoísmo e na ambição de seus maus conselheiros; de outro, como o inimigo apocalíptico, que estava associado com os poderes do anticristo (católicos). Com o fortalecimento do exército, diversas seitas emergiram, deslocando a autoridade divina do príncipe para o Espírito interior. Dessa forma, combater o monarca e seu exército não era mais considerado apenas uma batalha política, significava igualmente o cumprimento de um embate apocalíptico. É na união desses dois fatores que podemos entender o crescente ódio pelo governo de uma Única Pessoa. Em Carlos I, as figuras do tirano e do anticristo se unem.<sup>20</sup>

Essa deterioração do papel escatológico atribuído ao monarca contribuiu para sua perda de autoridade, o rompimento de laços de fidelidade e para o fortalecimento de interpretações providencialistas que colocavam sob os indivíduos comuns o desenrolar do desenvolvimento histórico. Combater o rei deixava de ser uma rebelião para se tornar um dever. O desejado reino de Cristo na Terra não podia mais se amparar na figura do monarca como Imperador dos Últimos Dias, já que passava a ser visto como representante do Anticristo. Deveria ser derrotado, como o primeiro passo, para a destruição de todas as outras monarquias europeias, preparando o caminho para a volta do Rei Jesus.<sup>21</sup> Assim, a dessacralização do papel do monarca foi essencial para que se pudesse surgir bases para uma teoria da soberania popular na Inglaterra seiscentista.

Nesse sentido, mesmo que indiretamente, o republicanismo constitucional deve muito ao fervor religioso das seitas puritanas da Revolução. No entanto, não foi só a religião que forneceu argumentos contra a monarquia.<sup>22</sup> Os modelos e exemplos estavam postos igualmente no passado, nos livros de história e filosofia da antiguidade. Os sucessos e degenerações das constituições pretéritas igualmente forneceram modelos aos coevos. E, se antes a monarquia era considerada a constituição mais perfeita dentre os modelos virtuosos, passou-se a questionar a simples possibilidade de se governar com justiça e pelo interesse coletivo em uma estrutura política em que a soberania estivesse nas mãos de uma única pessoa.

Assim, as diferenças traçadas por Aristóteles entre o príncipe virtuoso e o tirano foram diluídas. Como se acreditava, o primeiro representava o bom governante, guiado pelo interesse coletivo e o segundo o governante deteriorado, incapaz de se pautar no bem comum e cujo único desejo era o cumprimento de suas vontades individuais. Essa falta de distinção atingiu o auge na Inglaterra revolucionária, onde se fortaleceu a ideia de que era impossível a defesa do interesse público sob um regime monárquico. Para muitos, monarquia e bem comum eram elementos incompatíveis. Só em um governo popular, no qual a soberania estivesse com o povo, seriam atingidos os objetivos de uma verdadeira *res publica* ou *commonwealth*.<sup>23</sup>

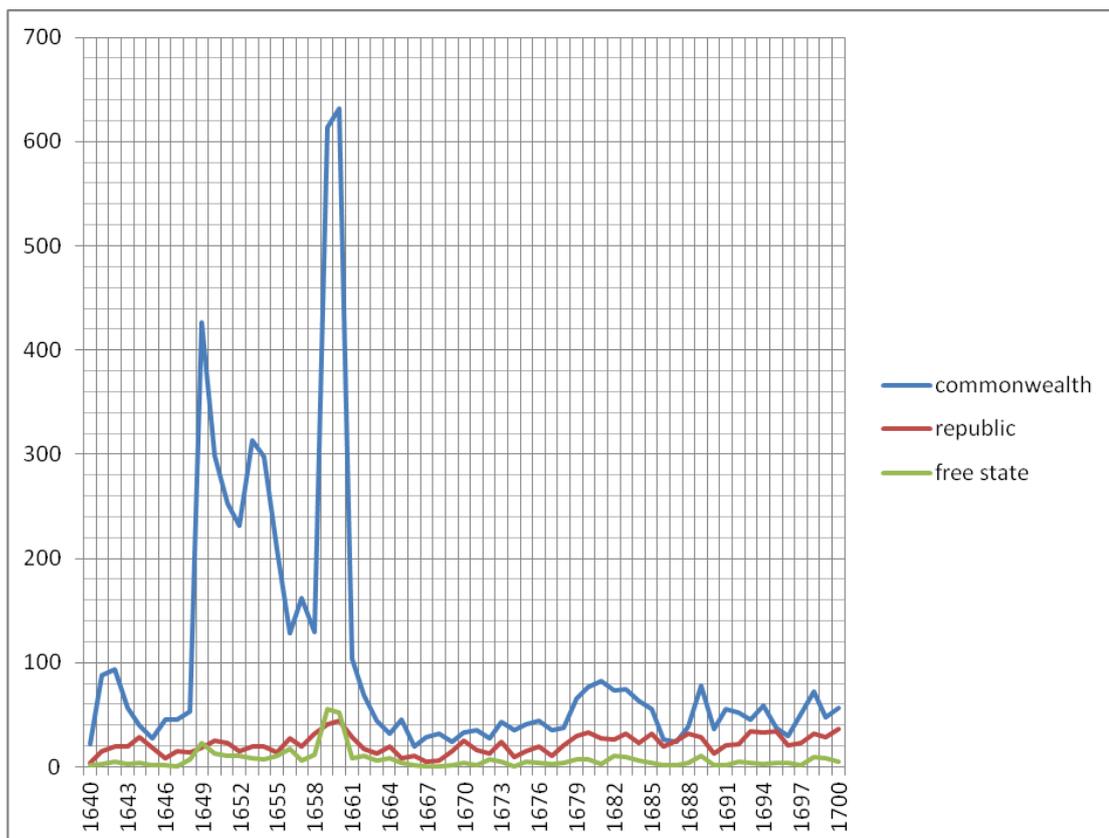
Esses cenários nos ajudam a compreender o que possibilitou a instauração de uma constituição republicana após o regicídio. Porém, de forma alguma se deve ignorar a importância do regime monárquico à época. A sombra da realeza continuou forte no período e possivelmente se teria retornado a essa estrutura se houvesse alguém para substituir os Stuart. A execução real foi realizada mais contra o indivíduo Carlos I do que contra a monarquia em si. Atacava-se o tirano, que se afastou dos verdadeiros propósitos do bom governo e levantou guerra contra seu povo, mas não o rei ou a monarquia. Mesmo ferrenhos defensores do regicídio, como Milton, procuraram justificar a morte de Carlos I a partir das lentes da tirania.<sup>24</sup>

A justificativa amparada na transformação do rei inglês em tirano acabava, assim, atuando em duas frentes. Em primeiro lugar procurava legitimar as ações do exército contra o monarca em uma época e lugar majoritariamente hostis ao assassinio real. Em segundo, evitava desconfortos com as outras monarquias europeias, de quem o novo regime esperava e desejava reconhecimento. Assim, a *Commonwealth* inglesa se justificava sem, no entanto, ir de encontro aos poderes monárquicos do continente. Para isso, era importante a manutenção da ideia de que nenhum estabelecimento era melhor do que outro, mas apenas uma escolha da vontade dos súditos de um corpo político.<sup>25</sup>

Apesar das incipientes defesas da supremacia republicana, que começaram a emergir ao final da década de 1640, não devemos entender o republicanismo como um fator mobilizador do regicídio. Ao contrário, foi a morte do rei que possibilitou a adoção e experimentação de um modelo republicano constitucional. Sem saber o que fazer, assim que a cabeça real rolou no cadafalso, a solução prática encontrada pelos generais e parlamentares remanescentes foi a transformação da Inglaterra em uma *Commonwealth*.<sup>26</sup>

Nos meses posteriores ao regicídio, diversos atos e proclamações seriam publicados apontando a transformação inglesa. Abertamente contrários à monarquia, à Casa dos Lordes e ao serviço real, vistos como perigosos e onerosos, a Inglaterra era declarada uma *Commonwealth* e *Free-State*, comandada pelo povo representado no Parlamento e sem qualquer autoridade amparada sobre um governo de uma Única Pessoa ou nobreza.<sup>27</sup> A partir daí, como diz Knight, o significado do termo *commonwealth* se atrelou fortemente a uma forma política específica, perdendo muito da flexibilidade que lhe era característica antes da Revolução.<sup>28</sup>

Essa nova disposição legal foi essencial para o crescimento da utilização do termo. Desde então, a palavra *commonwealth* não fora mais usada apenas de forma abstrata para descrever os princípios do bom governo ou um agregado político, mas sim para apontar de maneira real a própria constituição do novo regime. Como pode ser observado no gráfico abaixo, contendo a recorrência dos termos *commonwealth*, *republic* e *free state*<sup>29</sup> na plataforma EEBO, de 1640 ao fim do século XVII, há um crescimento notável na utilização do conceito após a instauração da República na Inglaterra.



**Gráfico 2:** Recorrência dos termos *commonwealth*, *republic* e *free state* na EEBO de 1640 até o fim do século XVII.<sup>30</sup>

Em 1649, a quantidade de entradas de obras contendo o conceito salta de 53, em 1648, para 426, ocasionando um primeiro surto notável na utilização da palavra. Embora de maneira tímida, é possível perceber também nesse período um leve crescimento do termo *free-state*, frequentemente associado à noção de *commonwealth* como designação da nova constituição política para se distinguir da antiga monarquia. É igualmente nesse momento que a palavra ultrapassa pela primeira vez *republic*, que continuou com menor destaque, em número de registros. No entanto, a adoção dessa nomenclatura acarretou um problema. Junto àqueles que negaram a validade e a necessidade do sistema monárquico, estavam os que viam nessa alteração apenas o primeiro passo em direção a reformas políticas mais radicais e efetivas. Os princípios que moldaram o termo até então se chocaram com aquela constituição que se autodenominava uma *Commonwealth*.

Ante a *Commonwealth de facto* que se estabelecia arbitrariamente, havia uma desejada *commonwealth de jure*. Para muitos republicanos, os ideais do interesse público e do bem comum pareciam inadequados ao governo do *rump*, que se seguiu ao regicídio. O comando daqueles parlamentares remanescentes, mantidos unicamente pela força do exército, lhes parecia pouco republicano e uma amostra clara da continuidade do egoísmo e da ambição individual. Governavam de acordo com suas vontades e desejos em detrimento da prosperidade coletiva. Como diz Scott, a uma mudança constitucional era esperada uma mudança moral, que afastasse os governantes do interesse privado. Durante todo o Interregno, os governos que ascenderam foram acusados de se guiarem pelos próprios interesses, distantes do bem público.<sup>31</sup> Sob essa desarmonia, entre o projeto estabelecido *de facto* e o imaginado por diversos autores, se constituiu o grosso da crítica republicana ao *rump* e, posteriormente, ao protetorado.

Após o ano de 1649, a utilização do termo caiu continuamente até 1653, ano da destituição daquele Parlamento que governou a *Commonwealth* a partir do regicídio. A dissolução do *rump* fomentou sentimentos antagônicos nos republicanos. Se aquela estrutura não era tida como um modelo, certamente o que se seguiu também não agradou a muitos que tinham em mente a constituição republicana ideal. O crescimento do poder do exército e de Oliver Cromwell foi visto com desconfiança e, após sua ascensão a Lorde Protetor, em dezembro de 1653, aqueles discursos que eram destinados a Carlos I passaram a ser dirigidos diretamente a Cromwell. Para alguns, o Protetor era um tirano que, guiado por interesses privados, se afastou do bem comum. Para outros, a partir de uma interpretação mais

escatológica, passou a ser identificado com um instrumento das forças do Anticristo. Para santos e republicanos, o Protetorado representava uma frustração à suas expectativas.<sup>32</sup>

A *Commonwealth* imaginada ficou suspensa em meio ao sentimento monárquico que orbitava ao redor do estabelecimento do Protetorado, com suas câmaras e governo pautado em uma Única Pessoa, o que era, para muitos, algo próximo ao antigo governo real, apesar do nome que empunhava. No entanto, ao mesmo tempo em que se interditava sua concretização prática, com a ascensão de Cromwell a Lorde Protetor, se abria a possibilidade de uma reflexão mais detida sobre os verdadeiros caminhos a serem seguidos pelo governo. Não apenas isso, procurou-se, durante o Protetorado, entender o declínio do regime monárquico e a ascensão de uma *Commonwealth* na Inglaterra. É no cerne dessa preocupação que importantes obras do pensamento republicano foram escritas, como *The Commonwealth of Oceana*, de James Harrington e *A Healing Question* de Henry Vane.<sup>33</sup>

### **A segunda república: uma nova oportunidade de estabelecimento e a acentuação da divisão**

Com a morte de Oliver Cromwell, em 1658, e a ascensão de seu filho à Lorde Protetor, a história do conceito entraria em um novo período. As críticas e a ferocidade panfletária de republicanos, militares e seitas religiosas contra o Protetorado e seu parlamento, inaugurariam um vívido surto pela *Commonwealth*. A efervescência textual que marcou a primavera e o verão de 1659, resultando na diluição do Parlamento e na queda de Richard Cromwell, foi acompanhada pelo clamor pela *Good Old Cause* e pela restauração da *Commonwealth*.<sup>34</sup>

Assim como fora notável a exaltação pela Causa, vemos também uma crescente utilização da noção de *commonwealth*. Como é observável no gráfico, no período pesquisado a quantidade de obras utilizando a palavra, indicadas na plataforma EEBO, passa de 129, em 1658, para o número de 614 registros em 1659. Esse crescimento impressionante esteve associado a quatro fatores: o clamor pela desejada *commonwealth*, como projeto político contrário ao Protetorado; pela restauração *de facto* da *Commonwealth*, sua estrutura e seu Parlamento; pelas formulações de vários autores, dirigidas aos parlamentares readmitidos em maio, na tentativa de indicar a eles os caminhos imaginados para uma verdadeira *Commonwealth*; e por sua rejeição pelos defensores da monarquia.

Nesse sentido, o último ano antes da Restauração marcou uma polarização definitiva no significado do termo. *Commonwealth* não significava mais um governo, independente de

forma e constituição, guiado para o bem comum, mas se atrelava a um estabelecimento e posição política claramente republicana, perdendo muito de sua universalidade e indistinção. Sob esse sentido, monarquia e *commonwealth* eram coisas claramente diferentes e irreconciliáveis.

Em 1659 são raros os exemplos, como os do ministro protestante Richard Baxter, que tentaram recuperar o sentido original da palavra. No sexto capítulo de sua obra *Holy Commonwealth*, “Dos diversos tipos de *Commonwealth*”, o teólogo sugere que Deus, em sua Lei Universal, não indicara um modo de governo específico, mas que havia deixado “isso como uma coisa variável para ser determinada de acordo com as condições de cada povo”. Dependendo da sociedade, da época e do lugar, a soberania estaria dividida e limitada entre um, poucos ou muitos. Assim, não seria possível dizer que apenas uma forma específica seria legítima ou reconhecida por Deus.<sup>35</sup>

Sob essa perspectiva, “monarquia; aristocracia, e democracia” seriam apenas “distintas espécies de governos ou *commonwealths*”. Como sugere, seria um absurdo que um grupo ou partido tentasse se apropriar do título de *commonwealth* para qualquer forma específica. Criticava particularmente os “novos popularistas”, como chamou, que acreditavam que somente uma democracia poderia receber a alcunha. Para o teólogo, uma *Res publica* era uma *Commonwealth* que tivesse como objetivo principal o interesse público e coletivo. “A intenção ou tendência do governo ao bem comum” seria, desta forma, “essencial a uma *Commonwealth*”. Então, sugeria que o novo Protetor, Richard Cromwell, assumisse a função de magistrado chefe, a guiar o povo inglês pelos caminhos de Deus em uma República, no sentido tradicional, Santa e segura.<sup>36</sup>

No entanto, a posição de Baxter era exceção. Republicanos e regalistas se esforçavam para traçar uma clara distinção entre a monarquia e a *commonwealth*. Apesar de ambos os lados se ampararem na linguagem do bem comum, tanto um lado quanto o outro se designava como o verdadeiro defensor do interesse coletivo. Se para os republicanos, apenas em uma *Commonwealth* os indivíduos seriam livres e teriam seus direitos assegurados, ao serem afastados dos vícios privados; para os regalistas era a monarquia que representava a prosperidade e segurança pública do reino. Só o retorno dos Stuart ao trono poria fim na desordem e anarquia republicana.<sup>37</sup>

Além dos princípios do dever coletivo dos governantes, os republicanos se apoiavam fortemente na noção de *Good Old Cause*. Em alguma medida, a expressão conseguia unir discursos e interesses diversos, sob as expectativas de um passado comum, quando estiveram

juntos pela causa do Parlamento. Assim, clamar pela *Good Old Cause* representava defender, inclusive, uma interpretação radical da própria história inglesa, em favor da *Commonwealth*, da soberania popular e do interesse público, contrária ao governo monárquico e de uma Única Pessoa. Às vezes, nos autores republicanos, apesar das diferentes opiniões existentes sobre as duas questões, Causa e República se confundem, ficando difícil separar o que é uma e o que é a outra, como se a primeira fosse, ao mesmo tempo, causa e consequência da segunda.<sup>38</sup>

Nessa tentativa de afastar a *Commonwealth* da monarquia, houve uma alteração fundamental: a negação de qualquer possibilidade de um governo republicano comandado por uma Única Pessoa, aos moldes do Protetorado. A partir da morte de Oliver Cromwell, autores como Algernon Sidney e Henry Vane mudaram radicalmente sua posição anterior, que ainda via a compatibilidade da existência de um único magistrado com uma constituição republicana. Mesmo John Milton, antigo defensor do Protetor e embaixador de seu governo, passou a rejeitar o antigo regime. Depois de um período afastado das discussões políticas, quebrou o silêncio e concluiu que não era mais possível defender o Protetorado em termos republicanos. Seu último texto antes da Restauração procurava desesperadamente traçar os caminhos para um fácil e rápido estabelecimento de uma *Commonwealth* na Inglaterra. O elemento monárquico, de um governo de uma Única Pessoa, deveria ser banido da estrutura da *Commonwealth*.<sup>39</sup>

Assim, para muitos de seus adeptos no ocaso da Revolução, *commonwealth* significava estritamente uma forma de governo republicana e abertamente contrária à monarquia, em que a soberania estivesse na mão do povo. Sobre os mesmos fundamentos, caminharam os defensores da Antiga Constituição. Menos do que recuperar o sentido tradicional do conceito e tentar conciliar novamente o regime monárquico aos princípios da *commonwealth*, os regalistas procuraram enfatizar ainda mais a distinção, colocando, inclusive, a culpa do regicídio no novo governo e nos defensores da República. Nesse sentido, a pena infatigável de William Prynne exerceu um papel fundamental. Do lado monarquista, o advogado puritano certamente foi um dos que mais se esforçaram para traçar e evidenciar a divisão entre monarquia e *commonwealth*.

Para ele, a *Commonwealth* seria um governo ilegal, que atentou contra o rei, as leis, o Parlamento, as liberdades, as propriedades, os votos, as fidelidades etc. Sua concepção do termo estava diretamente associada à sua interpretação sobre as origens e as intenções próprias aos novos governantes. Só um oculto plano papista e que precisava ser urgentemente revelado justificaria tamanhas alterações e rebeliões. Dessa forma, sua defesa da monarquia

exaltava um passado que se colocava em oposição ao presente opressor que descrevia, vendo no retorno do príncipe herdeiro a única forma de recuperar a paz e estabilidade para o reino. Em sua perspectiva, se percebe pouca distinção entre os dez anos delimitados pelo regicídio e o retorno do *rump*. Para o advogado, não haveria dúvidas em definir negativamente o conceito: tudo o que era ruim e contrário à monarquia era *commonwealth*.<sup>40</sup>

Ainda, para justificar sua defesa do governo real, Prynne, na obra *A true and Perfect Narrative*, pautou seus argumentos em um estudo bíblico a respeito do campo semântico do termo. Para deslegitimar aqueles que defendiam o novo governo, utilizou-se das Escrituras para demonstrar a perversidade da *Commonwealth* e a falta de antecedentes históricos desse tipo de constituição na Palavra divina. Sob essa perspectiva, a *Commonwealth* não era apenas um problema político, mas teológico e seus defensores, que ousaram a se rebelar contra o rei, estariam condenados à danação.

Como sugere, essa forma de governo somente poderia ser derivada dos antigos filósofos e políticos pagãos, mas não seria encontrada na Bíblia. No Livro, o vocabulário utilizado seria sempre “reino”, ou palavras relacionadas, mas não *Commonwealth*. Segundo o advogado, mesmo na única passagem em que o termo aparece,<sup>41</sup> seu significado não estava “em oposição ou contraste com um reino”, mas indicava sim a mesma coisa; da mesma maneira que a Inglaterra fora “denominada uma *Commonwealth*” em alguns estatutos reais.<sup>42</sup>

Nas Escrituras, Jesus possuiria o nome, o título e a honra de um rei. Seria considerado o “Rei dos Reis”, o “Rei dos Santos”, o “Rei de Glória”. Sua Igreja e seu Evangelho dariam acesso ao “Reino dos Céus”, ao “Reino Eterno”, ao “Reino de Deus”. A respeito deles leríamos sobre “coroas, cetros, tronos, mantos de glória e majestade”, ou seja, símbolos do poder real. A narrativa bíblica, para Prynne, justificaria um reino, mas não uma *Commonwealth*. O sentido dado àqueles que defendiam aquela “estranha *Commonwealth* utópica e novo Estado Livre”, não seria encontrado uma única vez no Evangelho. Assim, como sugere, se seus opositores desejavam tanto servir a Jesus como proclamavam, era melhor começarem seguindo a Bíblia, “a única regra para suas consciências, julgamentos e vidas, tanto como soldados quanto como cristãos”.<sup>43</sup>

Algo interessante a se observar no discurso de Prynne é que, apesar da prevalência, na época, pelo termo *commonwealth* sobre outros similares como *free state* ou *republic*, é esse último o mais utilizado pelo autor em *A true and perfect narrative*. Em seus escritos, o advogado não traça qualquer distinção entre república ou *commonwealth*. Ambas as palavras são equivalentes e intercambiáveis, mas não deixa de ser interessante sua preferência e maior

utilização pelo termo “republick”. Na obra, William Prynne fala de “República Estrangeira”, “República sem lei”, “República Jesuíta”, “República Infante”, “República utópica”, “conventículo republicano”, “membros republicanos”, “governantes republicanos” etc.<sup>44</sup> Tanto o objeto, quanto seus defensores foram descritos muitas vezes a partir de um vocabulário mais próximo ao léxico latino e utilizado em outros lugares da Europa. Como pretendia associar a formação da *Commonwealth* a uma conspiração papista, talvez essa fosse uma estratégia consciente do autor, ao usar uma palavra latinizada, mais conhecida e difundida pelo continente, a fim de ampliar o recebimento de sua mensagem e enfatizar ainda mais os laços entre republicanos e jesuítas.

### Uma mudança conceitual

Em 1660, os Stuart retornaram ao trono inglês, procurando restabelecer muito do imaginário, da ordem e do cerimonial perdido nos anos de Revolução. No entanto, o significado tradicional de *commonwealth* não foi igualmente recuperado. Com a Restauração, muito da distinção entre os regimes republicano e monárquico permaneceu intocada e foi enfatizada. Como diz Knight, nesse período os vícios que antigamente pareciam ameaçar os princípios da *commonwealth*, foram, então, agregados a eles. O elo entre República e guerra civil foi estreitado e sobre a primeira, como queria Prynne, caiu grande parte da culpa da realização da segunda. “‘*Commonwealth*’ e ‘sedição’ ou ‘rebelião’ se tornaram virtualmente intercambiáveis”.<sup>45</sup>

Em grande medida, isso explica a forte queda na aplicação do termo com a volta da monarquia. Como podemos ver pelo gráfico, anteriormente apresentado, a quantidade de obras registradas na plataforma EEBO contendo a expressão despensa de 632, em 1660, para 104 já no ano seguinte. Após esse momento, a média de publicações de textos que fizeram uso do conceito até 1700 entraria numa grave recessão, permanecendo abaixo de 50 textos por ano durante todo século XVII. Junto com a Revolução, havia terminado o auge da *commonwealth*, enquanto governo, princípio e vocabulário.

Não apenas o projeto político desejado por William Prynne foi o vencedor com a entrada de Carlos II em Londres. Igualmente a distinção que apontava em 1659 e os males que indicava como derivados da *Commonwealth* foram aplicados como verdadeiros. O termo foi adotado como marca vexatória, sendo símbolo de rebelião, não somente contra o rei e a monarquia, mas contra a paz, a ordem e os direitos dos súditos.<sup>46</sup> Olhando retrospectivamente, em 1681, já em meio ao governo monárquico, Algernon Sidney e Sir

William Jones se queixavam “como essa palavra” havia alterado “seu significado entre nós no espaço de vinte anos”. Antes aplicada a qualquer constituição virtuosa e não degenerada, era naquele período um estigma depreciativo.<sup>47</sup>

A história do termo *commonwealth* é também a história das mudanças políticas e sociais que tiveram espaço na Inglaterra moderna. A amplitude e a abrangência de um conceito, em seus aspectos diacrônicos, estão intimamente ligadas às inquietações, expectativas e desejo de uma sociedade e dialogam com as tensões que se estabelecem entre os poderes, instituições e os atores históricos, em suas experiências sincrônicas. Se antes, *commonwealth* era usada para indicar as virtudes necessárias aos governantes, em benefício do bem comum e independente da constituição, durante a Revolução passou a significar uma forma de governo específica e, posteriormente, com a Restauração, sinônimo de vício e sedição. Mais do que uma questão unicamente linguística, o auge e o declínio na utilização da palavra nos revelam as novas sensibilidades presentes na sociedade e a fertilidade dos contextos históricos em que os conceitos são semeados e difundidos, muitas vezes de forma diferente aos seus significados conhecidos.

Não estou com isso querendo indicar que os sentidos “vencedores” são racional ou moralmente superiores, uma espécie de evolução progressiva e a maior consciência da sociedade. Mas ao contrário, com Skinner, que os indivíduos usam estratégias retóricas que, no embate político, utilizam os mesmos termos para designar comportamentos distintos.<sup>48</sup> A relação entre o corpo social e o vocabulário vigente é extremamente complexa. Ao mesmo tempo em que o primeiro necessita de novas palavras e novos sentidos para estremecer e mudar as fundações políticas e culturais de uma sociedade, um léxico só se alterará e permanecerá de acordo com as estruturas e situações disponíveis em certa conjuntura. Assim, não nos cabe buscar sentidos fixos, essenciais e metafísicos, mas sim os usos e instrumentalizações realizadas pelos atores históricos em sua experiência diária de combate ou confirmação na luta política e social.

## Notas

---

<sup>1</sup> SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles: republican writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 34-35.

<sup>2</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>3</sup> POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003; POCOCK, J. G. A. *Political Thought and History. Essays on Theory and Method*. New York: Cambridge University Press, 2008.

<sup>4</sup> SKINNER, Quentin. *Visões da política sobre os métodos históricos*. Algés: Difel, 2005; SKINNER, Quentin. “Prefácio”. In: \_\_\_\_\_. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>5</sup> PLATÃO. *A República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965; ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985; POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora da UnB, 1985; CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Taguatinga: Editora Kiron, 2011.

<sup>6</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. *Op. Cit.*

<sup>7</sup> Algo importante e que nos ajuda a compreender a complexidade do termo é a noção de *República das Letras*, que agregava em torno de si, uma comunidade imaginária de letrados, espalhados por todo o espaço europeu, com diferentes nacionalidades e diferentes crenças religiosas. No entanto, apesar das diferenças, todos se uniam sob o mesmo interesse, formando um corpo de eruditos e estudiosos. Cf: GRAFTON, Anthony. “A Sketch Map of a Lost Continent: The Republic of Letters”. *Republic of Letters: A Journal for the Study of Knowledge, Politics, and the Arts*. 1, no. 1 (May 1, 2009); BURKE, Peter. “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. *Estudos Avançados*. 25 (72), 2011.

<sup>8</sup> Inclusive, como indica Abelardo Levaggi, a tradução mais próxima do livro de Platão, *A República*, seria *politeia*. Ou seja, aquilo que diz respeito e se faz necessário para o melhor ordenamento da *polis*. LEVAGGI, Abelardo. “Republica de Indios y republica de españoles em los reinos de India”. *Ver. Estud. Hist-jurid*, 2001, n. 23. Cf: MILTON, John. *Escritos Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 13; KNIGHTS, Mark. “Commonwealth: the social, cultural, and conceptual context of and Early modern keyword”. *The Historical Journal*, 54, 3 (2011).

<sup>9</sup> SCOTT, Jonathan. *Op. Cit.*, p. 34-35; KNIGHTS, Mark. *Op. Cit.*, p. 663; WORDEN, Blair. “Republicanism, Regicide and Republic: The English Experience”. In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002, p. 323; CORNS, Thomas N. “Milton and the characteristics of free commonwealth”. In: ARMITAGE, David; HIMY, Armand; SKINNER, Quentin. *Milton and republicanism*. Cambridge University Press, 1998, p. 27-28; LEVAGGI, Abelardo. *Op. Cit.*; CORRÊA, Wesley. *Poyntes, Mischevas and Causes: Percepções da Crise Política na Inglaterra entre a Revolta de Jack Cade e a Guerra das Rosas, c. 1449-1475*. Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

<sup>10</sup> KNIGHTS, Mark. *Op. Cit.*, p. 669-670; CORRÊA, Wesley. *Op. Cit.*

<sup>11</sup> No site da base Europeia ou das principais bibliotecas nacionais de países europeus encontramos diversos documentos que utilizam a palavra república em seu título ou conteúdo, para designar monarquias ou qualquer agregação política, independente de forma ou constituição. Cf: Europeia Disponível em: <<http://www.europeana.eu/>> Acesso em: 01 ago. 2018.

<sup>12</sup> Tal pesquisa pode ser feita, por exemplo, no site Lexicons of Early Modern English (LEME). Disponível em: <<http://leme.library.utoronto.ca/>> Acesso em 01 ago. 2018.

<sup>13</sup> COTGRAVE, Randle. *A Dictionarie of the French and English Tongues*. Lexicons of Early Modern English. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: <[leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=298-39190](http://leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=298-39190)> Acesso em: 01 ago. 2018.

<sup>14</sup> COCKERAM, Henry. *The English Dictionarie*. Lexicons of Early Modern English. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: <[leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=343-4770](http://leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=343-4770)> Acesso em: 01 ago. 2018.

<sup>15</sup> Algo que pode ser observado na plataforma Early English Books Online (EEBO). Disponível em: <<http://eebo.chadwyck.com/home>> Acesso em: 01 ago. 2018.

<sup>16</sup> A única exceção é o ano de 1620, quando o termo *republic* aparece com mais registros na plataforma que o termo *commonwealth*. Tal excepcionalidade pode ser explicada pela proliferação de obras tratando a respeito da eleição do reino da Boêmia e dos conflitos entre seu rei protestante Frederico V e o então imperador do Sacro Império, o católico e Habsburgo, Fernando II. Naquele ano, talvez, a utilização do léxico latino, mais conhecido no continente, tenha sido uma estratégia para atingir um maior número de leitores, dentro de uma guerra que tomaria a Europa por 30 anos e que teria grave impacto nas disputas, religiosas e políticas, entre católicos e protestantes.

<sup>17</sup> WORDEN, Blair. *Op. Cit.*, p. 311-316; CORNS, Thomas N. *Op. Cit.*, p. 30-36; ZALLER, Robert. “The Figure of the Tyrant in English Revolutionary Thought”. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 54. No. 4 (1993).

<sup>18</sup> JUE, Jeffrey K. “Puritan millenarianism in Old and New England” In: Coffey, J.; Lim, P.C.H. (ed.). *The Cambridge Companion to Puritanism*. Nova York: Cambridge UP, 2008; HILL, Christopher. *The Antichrist in seventeenth-century England*. London: Verso, 1990; CAPP, Bernard. “The origins and Rise of Millenarianism to 1649”. In: \_\_\_\_\_. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. London: Faber Finds, 2008; CAPP, Bernard. “Godly Rule and English Millenarianism”. *Past and Present*, n. 52, 1971;

LAMONT, William. *Marginal Prynne 1600-1669*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963; LAMONT, William. *Godly Rule: politics and religion 1603-1660*. London: Macmillan St Martin's Press, 1969.

<sup>19</sup> STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000; LAMONT, William. *Marginal Prynne 1600-1669*. *Op. Cit.*; HILL, Christopher. *O século das Revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

<sup>20</sup> STONE, Lawrence. *Op. Cit.*, p. 148-167; SCOTT, Jonathan. *Op. Cit.*, p. 7; CAPP, Bernard. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. *Op. Cit.* p. 23-45; POCOCK, J. G. A. "A liberdade religiosa e a dessacralização da política". In: \_\_\_\_\_. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003; HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 48-50; HILL, Christopher. *O século das Revoluções, 1603-1714*. *Op. Cit.*; ZALLER, Robert. *Op. Cit.*

<sup>21</sup> SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. *Op. Cit.*, p. 41-42 e 49-50; SCOTT, Jonathan. *England's trouble. Seventeenth-century English political instability in European context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 299-300; CAPP, Bernard. "Godly Rule and English Millenarianism". *Op. Cit.*, p. 109. CAPP, Bernard. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. *Op. Cit.*

<sup>22</sup> Para Martin Dzelzainis, essa percepção da utilização de argumentos religiosos impulsionou uma historiografia que viu no regicídio apenas uma ação irracional de uma horda de fanáticos. Ao contrário, como demonstra e como percebo, há muito a se ganhar ao ver o republicanismo constitucional e o fervor puritano não como coisas opostas, mas constituintes da mesma força que levou Carlos I à morte e a Inglaterra a por um fim na monarquia. DZELZAINIS, Martin. "Anti-monarchism in English Republicanism". In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002, p. 32-33.

<sup>23</sup> SCOTT, Jonathan. "Classical Republicanism in seventeenth-century England and the Netherland". In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002, p. 67-68; SCOTT, Jonathan. *England's trouble*. *Op. Cit.*, p. 300-301; SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 51-54.

<sup>24</sup> WORDEN, Blair. *Op. Cit.*, p. 311-316; CORNS, Thomas N. *Op. Cit.*, p. 30-36; ZALLER, Robert. *Op. Cit.*; SMITH, David L. "The Struggle for new constitutional and Institutional Forms". In: MORRILL, John. *Revolution and Restoration: England in the 1650s*. London: Collins & Brown, 1992; MILTON, John. *Op. Cit.*

<sup>25</sup> SCOTT, Jonathan. *England's trouble*. *Op. Cit.*, p. 297; CORNS, Thomas N. *Op. Cit.*, p. 30-36; ZALLER, Robert. *Op. Cit.*; MILTON, John. *Op. Cit.*

<sup>26</sup> SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. *Op. Cit.*, p. 252-253; WORDEN, Blair. *Op. Cit.*, p. 315-317; POCOCK, J. G. A. "Harrington's life before 1656". In: HARRINGTON, James. *The Political Works of James Harrington*, Cambridge University Press, 2010.

<sup>27</sup> SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. *Op. Cit.*, p. 252-253; WORDEN, Blair. *Op. Cit.*, p. 322-323; British History Online (BHO). "Acts and Ordinances of the Interregnum, 1642-1660". Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/no-series/acts-ordinances-interregnum>> Acesso em: 29 jan. 2015.

<sup>28</sup> KNIGHTS, Mark. *Op. Cit.*, p. 679-680.

<sup>29</sup> O termo *Free-State* [Estado Livre] foi adicionado à pesquisa, pois, pelo Ato proclamado pelo Parlamento, em 19 de maio de 1649, o povo inglês, a partir de então, seria estabelecido e governado como uma *Commonwealth* e *Free-State*, estando, desta forma, no próprio nome oficial da constituição do novo governo. British History Online (BHO). "May 1649: An Act Declaring and Constituting the People of England to be a Commonwealth and Free-State". Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/no-series/acts-ordinances-interregnum/p122>> Acesso em: 01 ago. 2018.

<sup>30</sup> Pesquisa realizada em 21 out. 2014.

<sup>31</sup> SCOTT, Jonathan. *England's trouble*. *Op. Cit.*, p. 297; SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. *Op. Cit.*, p. 268-272; SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. *Op. Cit.*, p. 37-39; SMITH, David L. *Op. Cit.*

<sup>32</sup> SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. *Op. Cit.*, p. 268-272 e 279; CAPP, Bernard. "The Fifth Monarchists in Opposition, 1653-1660". In: \_\_\_\_\_. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. *Op. Cit.*; HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. *Op. Cit.*; HILL, Christopher. *O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>33</sup> SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. *Op. Cit.*, p. 273-292; SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. *Op. Cit.*, p. 26; HARRINGTON, James. "The Commonwealth of Oceana". In: \_\_\_\_\_. *The Political Works of James Harrington*. Cambridge University Press, 2010; VANE, Henry. *A healing question propounded and resolved upon occasion of the late publique and seasonable call to humiliation in order to love and union amongst the honest party, and with a desire to apply balsome to the wound, before it become incurable.* , London : Printed for T. Brewster ..., 1656.

- <sup>34</sup> SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. *John Rogers e a disputa pela commonwealth: debates e polêmicas com William Prynne, Richard Baxter e James Harrington, durante a segunda república inglesa*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2014; SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “John Rogers, William Prynne e a Good Old Cause: um debate em torno de um conceito político durante a Revolução Inglesa”. *Hydra*, v. 01, 2016.
- <sup>35</sup> BAXTER, Richard. *A Holy Commonwealth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 76. Tradução Livre [Of the several sorts of Commonwealth] e [it as a variable thing to be determined according to the condition of each people].
- <sup>36</sup> *Idem*, p. 76-77. Tradução Livre [Monarchie, Aristocracie, and Democracie], [distinct Species of Governments or Commonwealths], [new Popularists], [the Intention or Tendencie of the Government to the Common-good] e [essential to a Common-wealth].
- <sup>37</sup> SKERPAN, Elizabeth. *The rhetoric of Politics in the English Revolution, 1642-1660*. Columbia and London: University of Missouri Press, 1992, p. 172-177; MAYERS, Ruth E. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press. 2004, p. 209-210; Jonathan. *Commonwealth Principles. Op. Cit.*
- <sup>38</sup> MAYERS, Ruth E. *Op. Cit.*; HUGHES, John H. F. “Good Old Cause”. In: FRITZE, Ronald H.; ROBISON, William B. *Historical Dictionary of Stuart England, 1603-1689*. Greenwood Publishing Group, 1998; SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “John Rogers, William Prynne e a Good Old Cause: um debate em torno de um conceito político durante a Revolução Inglesa”. *Op. Cit.*
- <sup>39</sup> SCOTT, Jonathan. *England's trouble. Op. Cit.*, p. 302-303; SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles. Op. Cit.*, p. 276-278 e 311-314; CORNS, Thomas N. *Op. Cit.*, p. 36-41.
- <sup>40</sup> PRYNNE, William. *The re-publicans and others spurious good old cause, briefly and truly anatomized To preserve our native country, kingdom, legal government, Church, parliaments, laws, liberties, privileges of Parliament, and Protestant religion from ruine, scandal, and perpetual infamy; [...]*. By William Prynne Esq; a bencher of Lincolns Inne. , [London : s.n.], Printed in the year of our Lord, 1659. *The re-publicans and others spurious good old cause, briefly and truly anatomized.*; PRYNNE, William. *A true and perfect narrative of what was acted, spoken by Mr. Prynne, other formerly and freshly secluded members, the army-officers, and some now sitting in the lobby, house, elsewhere, the 7th. and 9th. of May last ...* by William Prynne, Esq. ... , London: Printed for Edw. Thomas ..., 1659.; SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. *John Rogers e a disputa pela commonwealth: debates e polêmicas com William Prynne, Richard Baxter e James Harrington, durante a segunda república inglesa. Op. Cit.*; LAMONT, William. *Marginal Prynne 1600-1669. Op. Cit.*
- <sup>41</sup> Bíblia Português – King James Bible - That at that time ye were without Christ, being aliens from the commonwealth of Israel, and strangers from the covenants of promise, having no hope, and without God in the world. Tradução Bíblia King James atualizada [estáveis naquela época sem Cristo, separados da comunidade de Israel, estranhos às alianças da Promessa, sem esperança e sem Deus no mundo]. “Efésios 2:12”. Disponível em: <<http://bibliaportugues.com/ephesians/2-12.htm>> acesso: 17 nov 2014.
- <sup>42</sup> PRYNNE, William. *A true and perfect narrative of what was acted, spoken by Mr. Prynne [...]* *Op. Cit.*, p. 90-91. Tradução Livre [in opposition, or contradistinction to a Kingdom] e [stilled a Common-wealth].
- <sup>43</sup> *Idem*, p. 66-68. Tradução Livre [King of Kings], [King of Saints], [King of Glory], [Kingdom of Heaven], [everlasting Kingdom], [Kingdom of God], [Crowns, Scepters, Thrones, Robes of Glory and Majesty], [strange Utopian Common-wealth, and new Freestate] e [the only rule of your Consciences, Iudgement, Lives, both as Souldiers and Christians].
- <sup>44</sup> *Idem*. Tradução Livre [Outlandish Republick], [lawlesse Republick], [Jesuitical Republick], [Infant Republick], [Vtopian Republick], [Republican Conventicle], [Republican Members] e [Republican Governours].
- <sup>45</sup> KNIGHTS, Mark. *Op. Cit.*, p. 681-682. Tradução Livre [‘Commonwealth’ and ‘sedition’ or ‘rebellion’ became virtually interchangeable].
- <sup>46</sup> *Idem*, 681-686.
- <sup>47</sup> *Apud* SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles. Op. Cit.*, p. 35. Tradução Livre [how this word] e [its signification with us in the space of twenty years].
- <sup>48</sup> SKINNER, Quentin. “Retrospectiva: Estudar a retórica e a mudança conceptual”. In: \_\_\_\_\_. *Visões de Política: Questões metodológicas. Op. Cit.*

---

## Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BAXTER, Richard. *A Holy Commonwealth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- Bíblia King James atualizada. “Efésios 2:12”. Disponível em: <<http://bibliaportugues.com/ephesians/2-12.htm>> acesso: 17 nov 2014.
- British history online. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/>> Acesso em 31 jul. 2018.
- British History Online (BHO). “Acts and Ordinances of the Interregnum, 1642-1660”. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/no-series/acts-ordinances-interregnum>> Acesso em: 01 ago. 2018.
- British History Online (BHO). “May 1649: An Act Declaring and Constituting the People of England to be a Commonwealth and Free-State”. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/no-series/acts-ordinances-interregnum/p122>> Acesso em: 01 ago. 2018.
- BURKE, Peter. “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. *Estudos Avançados*. 25 (72), 2011.
- Europeana. Disponível em: <<http://www.europeana.eu/>> Acesso em: 29 jan. 2015.
- CAPP, Bernard. “The origins and Rise of Millenarianism to 1649”. In: \_\_\_\_\_. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. London: Faber Finds, 2008.
- CAPP, Bernard. “Godly Rule and English Millenarianism”. *Past and Present*, n. 52, 1971.
- CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Taguatinga: Editora Kiron, 2011.
- COCKERAM, Henry. *The English Dictionarie*. Lexicons of Early Modern English. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: <[leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=343-4770](http://leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=343-4770)> Acesso em: 01 ago. 2018.
- CORNS, Thomas N. “Milton and the characteristics of free commonwealth”. In: ARMITAGE, David; HIMY, Armand; SKINNER, Quentin. *Milton and republicanism*. Cambridge University Press, 1998.
- CORRÊA, Wesley. *Poyntes, Mischeves and Causes: Percepções da Crise Política na Inglaterra entre a Revolta de Jack Cade e a Guerra das Rosas, c. 1449-1475*. Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.
- COTGRAVE, Randle. *A Dictionarie of the French and English Tongues*. Lexicons of Early Modern English. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: <[leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=298-39190](http://leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=298-39190)> Acesso em: 01 ago. 2018.
- DZELZAINIS, Martin. “Anti-monarchism in English Republicanism”. In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002.
- GRAFTON, Anthony. “A Sketch Map of a Lost Continent: The Republic of Letters”. *Republic of Letters: A Journal for the Study of Knowledge, Politics, and the Arts*. 1, no. 1 (May 1, 2009).
- HARRINGTON, James. “The Commonwealth of Oceana”. In: \_\_\_\_\_. *The Political Works of James Harrington*. Cambridge University Press, 2010.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- HILL, Christopher. *O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HILL, Christopher. *The Antichrist in seventeenth-century England*. London: Verso, 1990.
- HILL, Christopher. *O século das Revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- HUGHES, John H. F. "Good Old Cause". In: FRITZE, Ronald H.; ROBISON, William B. *Historical Dictionary of Stuart England, 1603-1689*. Greenwood Publishing Group, 1998.
- JUE, Jeffrey K. "Puritan millenarianism in Old and New England" In: Coffey, J.; Lim, P.C.H. (ed.). *The Cambridge Companion to Puritanism*. Nova York: Cambridge UP, 2008.
- KNIGHTS, Mark. "Commonwealth: the social, cultural, and conceptual context of and Early modern keyword". *The Historical Journal*, 54, 3 (2011).
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAMONT, William. *Marginal Prynne 1600-1669*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.
- LAMONT, William. *Godly Rule: politics and religion 1603-1660*. London: Macmillan St Martin's Press, 1969.
- LEVAGGI, Abelardo. "Republica de Indios y republica de españoles em los reinos de India". *Ver. Estud. Hist-jurid*, 2001, n. 23.
- Lexicons of Early Modern English (LEME). Disponível em: <<http://leme.library.utoronto.ca/>> Acesso em 29 jan. 2015.
- MAYERS, Ruth E. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press. 2004.
- MILTON. John. *Escritos Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- POCOCK, J. G. A. "A liberdade religiosa e a dessacralização da política". In: \_\_\_\_\_. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- POCOCK, J. G. A. "Harrington's life before 1656". In: HARRINGTON, James. *The Political Works of James Harrington*, Cambridge University Press, 2010.
- POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- PRYNNE, William. *The re-publicans and others spurious good old cause, briefly and truly anatomized To preserve our native country, kingdom, legal government, Church, parliaments, laws, liberties, privileges of Parliament, and Protestant religion from ruine, scandal, and perpetual infamy; [...]*. By William Prynne Esq; a bencher of Lincolns Inne. , [London : s.n.], Printed in the year of our Lord, 1659. *The re-publicans and others spurious good old cause, briefly and truly anatomized*.
- PRYNNE, William. *A true and perfect narrative of what was acted, spoken by Mr. Prynne, other formerly and freshly secluded members, the army-officers, and some now sitting in the lobby, house, elsewhere, the 7th. and 9th. of May last ... by William Prynne, Esq. ...* , London: Printed for Edw. Thomas ..., 1659.
- SANTOS JUNIOR. Jaime Fernando dos. *John Rogers e a disputa pela commonwealth: debates e polêmicas com William Prynne, Richard Baxter e James Harrington, durante a segunda república inglesa*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2014.
- SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. "John Rogers, William Prynne e a Good Old Cause: um debate em torno de um conceito político durante a Revolução Inglesa". *Hydra*, v. 01, 2016.
- SCOTT, Jonathan. *England's trouble. Seventeenth-century English political instability in European context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

- 
- SCOTT, Jonathan. "Classical Republicanism in seventeenth-century England and the Netherland". In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002.
- SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles: republican writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SKERPAN, Elizabeth. *The rhetoric of Politics in the English Revolution, 1642-1660*. Columbia and London: University of Missouri Press, 1992.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- SKINNER, Quentin. "Retrospectiva: Estudar a retórica e a mudança conceptual". In: \_\_\_\_\_. *Visões de Política: Questões metodológicas*. Algés: Difel, 2005.
- SMITH, David L. "The Struggle for new constitutional and Institutional Forms". In: MORRILL, John. *Revolution and Restoration: England in the 1650s*. London: Collins & Brown, 1992.
- STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000.
- VANE, Henry. *A healing question propounded and resolved upon occasion of the late publique and seasonable call to humiliation in order to love and union amongst the honest party, and with a desire to apply balsome to the wound, before it become incurable.* , London : Printed for T. Brewster ..., 1656.
- WORDEN, Blair. "Republicanism, Regicide and Republic: The English Experience". In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002.
- ZALLER, Robert. "The Figure of the Tyrant in English Revolutionary Thought". *Journal of the History of Ideas*. Vol. 54. No. 4 (1993).